

1. Introdução

“Tomo consciência de mim, originalmente, através do outro: deles recebo a palavra, a forma e o tom que servirão à formação original da representação que terei de mim mesmo”. (BAKHTIN, 1992, p.378)

Auxiliar de Educação Infantil? O que faz? Qual a sua formação? Onde trabalha? Abro esta dissertação com questões. As mesmas que formulei ao saber sobre o auxiliar. A evidência em estudos acadêmicos da presença de um profissional na Educação Infantil chamado, muitas vezes, de auxiliar me gerou dúvidas sobre identidade profissional e qualidade da Educação Infantil, pois a identidade do auxiliar me pareceu nebulosa e confusa de ser compreendida. Há poucos estudos e nenhum esgota as minhas interrogações sobre esse trabalhador.

No primeiro momento que soube da presença do auxiliar nas creches e pré-escolas brasileiras construí uma visão rigorosamente crítica sobre o profissional. Era difícil compreender como existia um profissional sem escolaridade mínima determinada por lei atuando diretamente nas turmas de Educação Infantil. Quem era esse mero técnico exercendo atividades de docente.

Contudo, somente depois de muito estudar os escritos de Mikhail Bakhtin, percebi que a crítica ao auxiliar era mais uma defesa à identidade profissional e ao meu lugar, como professora de Educação Infantil, pedagoga, especialista em Educação Infantil e mestranda. Com Bakhtin, não só aceitei a presença do auxiliar, como pude compreender que a identidade desse profissional está repleta de incertezas que devem entremear o cotidiano desse sujeito que atua no cargo.

Pensando nessas indefinições de identidade e no lugar do auxiliar na Educação Infantil pude refletir sobre a minha própria história de formação, a minha identidade profissional. Tudo começa em 2005, no terceiro período da graduação em Pedagogia na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Decidida a conhecer mais sobre a prática de pesquisa me inseri no Grupo de Estudos de Educação (GESED) e na pesquisa “Prestígio escolar em rede pública de ensino – características e processos das boas escolas públicas”, coordenada pelo professor Márcio da Costa.

A partir dos resultados dessa pesquisa, apresentei, junto com colegas do grupo, dois trabalhos intitulados “Seleção no acesso: embriões de estratificação social” (CHAMARELLI, MENDES e SANTOS, 2006) e “Separando as laranjas

podres – mecanismo de seleção no acesso às escolas municipais de alto prestígio da cidade do Rio de Janeiro” (CHAMARELLI, 2007a). Vale destacar que um deles foi premiado com a Menção Honrosa do evento.

Além da pesquisa, comecei meus estágios obrigatórios da Faculdade de Educação e a trabalhar temporariamente como Auxiliar de Biblioteca em uma escola filantrópica da zona sul da cidade. No trabalho senti a necessidade de aprofundar meus estudos sobre a política pública de incentivo a leitura. Assim me despedi do grupo GESED e procurei estudar mais sobre temáticas relacionadas à leitura. Encontrei no Grupo de Estudos Leitura, Escrita e Educação (LEDUC) a discussão sobre os impactos das políticas do livro e da leitura nas escolas. Interessada pela temática, passei a participar da pesquisa “Programa Nacional de Biblioteca na Escola - PNBE-2005: seleção, escolha, acesso e apropriação do acervo em escolas do Estado do Rio de Janeiro”, coordenada pelas professoras Patrícia Corsino e Ludmila Thomé de Andrade.

Na pesquisa desenvolvi uma investigação sobre a chegada dos livros nas escolas de cinco municípios fluminenses que fazem parte do campo empírico da pesquisa. Analisei o discurso verbal - recolhido a partir das falas das professoras que integraram dez grupos focais e das entrevistas com os responsáveis pelos projetos de livro e leitura dos municípios - e as fotografias tiradas em visitas às escolas municipais. Essa investigação resultou no trabalho apresentado e publicado no seminário Gpell/Ceale Escolha em jogo- O jogo do livro VII: “Entre Discurso e Fotografia: retratos do lugar de guarda de livros em escola de cinco municípios fluminenses” (CHAMARELLI, 2007b)

Ainda no ano de 2007, fui convidada pela professora Patrícia Corsino a ampliar meu olhar para a Educação Infantil, área que me encontro até hoje. Passei então a participar da pesquisa “A infância, a cultura contemporânea e a literatura nos espaços de Educação Infantil”, coordenada por ela, na qual fui bolsista de Iniciação Científica (CNPQ), de agosto de 2007 a julho de 2008. Como fruto dessa participação, o trabalho “Literatura e escola: um estudo sobre o espaço de livro e leitura em cinco instituições de Educação Infantil da cidade do Rio de Janeiro” (CHAMARELLI, 2008) me proporcionou apresentações e publicações em eventos. Vale destacar que esse trabalho originou o artigo “Retratos de espaços de livro e leitura em instituições de Educação Infantil”(CORISNO e CHAMARELLI, 2010), apresentado em 2010 no II Seminário de Grupos de

Pesquisa sobre crianças e infâncias e no Seminário Infância, linguagem e escola, organizado pela Faculdade de Educação da UERJ.

Em 2008, ano no qual me formei, a professora Patrícia, que coordena com as professoras Sonia Kramer e Maria Fernanda Rezende Nunes, o grupo de Pesquisa Infância, Formação e Cultura (INFOC), do Departamento de Educação da PUC-Rio, me apresentou ao grupo. Já inserida no INFOC, participei do projeto de pesquisa “Crianças e adultos em diferentes contextos: infância, a cultura contemporânea e a educação”, no qual os estudos e as pesquisas nas creches, pré-escolas e escolas de Ensino Fundamental com turmas de Educação Infantil possibilitaram minha aproximação das políticas públicas para essa etapa da Educação Básica. Desde então, venho tendo a oportunidade de fazer parte desse grupo de pesquisa.

É indispensável ressaltar que a participação no grupo de pesquisa significou ao mesmo tempo a convivência junto aos profissionais das redes públicas e privadas, tornando possível, dessa forma, esclarecimentos e novos questionamentos quanto à problemática das políticas públicas para o profissional de Educação Infantil e de aspectos emergentes e significativos para o avanço da discussão. Nesse contexto, fui percebendo com mais clareza a importância do trabalho dos educadores da infância e atentando para a questão das políticas públicas voltadas para a sua formação.

Decidida a aprofundar meus estudos nessa área, entrei, em março de 2009, no Curso de Pós-graduação Lato Sensu “Educação Infantil: perspectivas de trabalho em creches e pré-escolas”, oferecido pelo Departamento de Educação da PUC-Rio. O interesse pela temática do auxiliar de Educação Infantil surgiu ao realizar os trabalhos das disciplinas “História e políticas para a infância de 0 a 6 anos” e “Trabalho cotidiano na Educação Infantil”, oferecidas nesse curso, nos quais optei por analisar o edital do concurso público, realizado em 2008, pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, para o cargo de Agente Auxiliar de Creche.

No edital do concurso para provimento do cargo de Agente Auxiliar de Creche do quadro permanente de pessoal do poder executivo do município do Rio de Janeiro, publicado no site da Secretaria Municipal de Administração¹ estava

¹ O site relacionado é: <http://www.rio.rj.gov.br/concursos/>

determinado que o profissional, com a escolaridade mínima de Ensino Fundamental, trabalharia 40 horas/semanais com o piso remunerado de R\$ 671,70 (seiscentos e setenta e um reais e setenta centavos)², já somado o auxílio-transporte. As atribuições do cargo incluíam “participar em conjunto com o educador do planejamento, da execução e da avaliação das atividades propostas às crianças; participar da execução das rotinas diárias, de acordo com a orientação técnica do educador; observar as alterações físicas e de comportamento, desestimulando a agressividade; responsabilizar-se pela alimentação direta das crianças dos berçários; cuidar do asseio e da higiene das crianças; estimular a independência, educar e reeducar quanto aos hábitos alimentares, bem como controlar a ingestão de líquido e alimentos variados e dominar noções primárias de saúde” (RIO DE JANEIRO, 2008).

O interesse pelos auxiliares foi se intensificando com a minha experiência profissional na rede particular, no período de 2009 a 2010, quando trabalhei como professora do Maternal (crianças com dois e três anos). A relação hierárquica entre o professor e o auxiliar e uma cisão entre cuidar e educar nas atividades da educação das crianças pequenas era presente nessa escola. O auxiliar, formado em nível médio na modalidade normal, participava da execução das rotinas diárias com o professor, no entanto não compartilhava suas idéias no planejamento e seu salário era bem inferior ao do docente. Nesse caso, o profissional de apoio as funções docentes parecia ser uma resposta de baixo custo para o número excessivo de crianças na sala.

Paralelamente ao Curso de Especialização e a experiência como docente, o grupo de pesquisa INFOC deu início ao projeto de pesquisa que investigou a situação da Educação Infantil e dos seus profissionais no Estado do Rio de Janeiro. O projeto intitulado “Educação Infantil e Formação dos Profissionais no Estado do Rio de Janeiro: concepções e ações” realizou uma análise comparativa entre o quadro das políticas municipais de Educação Infantil em 2009 e os dados obtidos há 10 anos, em outro projeto de pesquisa realizado no período de 1999/2000 pelo grupo INFOC.

Esse projeto e a discussão do grupo em torno dele, me possibilitaram

² Vale considerar que o salário mínimo, em 2008, ano do concurso, era de R\$ 415,00, segundo a lei 11.709/2008.

reformular questões que foram importantes para a elaboração da monografia de final de Curso de Especialização sobre os profissionais de apoio ao trabalho docente, especificamente no município do Rio de Janeiro (CHAMARELLI, 2010). Quem é esse profissional de apoio ao trabalho do professor na creche e pré-escola, chamado de Auxiliar, que ora aparece associado às tarefas voltadas ao cuidado ora a ser uma resposta para o número excessivo de crianças por turmas? Era a minha principal inquietação sobre o tema.

Contudo, a monografia não foi o fim da discussão sobre o auxiliar, mas o início de um novo estudo. No Mestrado em Educação da PUC-Rio, em 2011, ingressei com a intenção de conhecer a situação dos auxiliares de Educação Infantil nos municípios e de que forma se configuram as políticas municipais para esses profissionais. As disciplinas do Mestrado, em especial a de Política Pública oferecida pela professora Alicia Bonamino, e a participação no projeto desenvolvido pelo grupo de pesquisa foram decisivas para a formulação de novas questões sobre a presença desse trabalhador na Educação Infantil, direcionando meu interesse para as políticas municipais, estaduais e federais para o auxiliar.

Assim, dediquei a pesquisar o tema a partir das seguintes questões: como são denominados os Auxiliares de Educação Infantil nos municípios do Estado do Rio de Janeiro? Qual(is) a(s) as atividades exercidas por esses profissionais? Qual a escolaridade mínima exigida para o ingresso desses profissionais? Esses profissionais participam da formação em serviço oferecidos pelas secretarias? Qual a média salarial dos auxiliares da Educação Infantil? Qual o enquadramento funcional desses profissionais? Eles trabalham em creche ou pré-escola? Qual a carga horária semanal de trabalho deles? Esses profissionais são concursados ou contratados pelas prefeituras?

A pesquisa passa a ter como objetivo conhecer e analisar a situação dos auxiliares de Educação Infantil nos municípios e de que forma se configuram as políticas municipais para esses profissionais a partir dos responsáveis pela Educação Infantil nas secretarias dos municípios investigados pela pesquisa institucional “Educação Infantil e Formação dos Profissionais no Estado do Rio de Janeiro: concepções e ações”, realizada entre 2009-2011.

Essa dissertação está organizada em três capítulos. No capítulo um, denominado “A História, a Política e o Auxiliar de Educação Infantil”, a intenção é apresentar um panorama histórico da Educação Infantil no Brasil, dialogando

com as publicações acadêmicas, pesquisas e políticas públicas nacionais e municipais para compreender o aparecimento do auxiliar nos municípios. O capítulo dois, “Por entre os caminhos da investigação”, aborda os referenciais teórico-metodológicos da dissertação, além do campo empírico da pesquisa. O capítulo três, “As políticas municipais para o Auxiliar de Educação Infantil: o discurso das secretarias”, tenta apreender as políticas públicas para os auxiliar através da visão dos responsáveis pela Educação Infantil nos municípios investigados.

Assim na construção e reconstrução da minha identidade, em defesa de uma Educação Infantil de qualidade, tento fazer o mesmo com o auxiliar nesta dissertação. Possibilitando a esses profissionais um espaço de discussão sobre política pública, em especial sobre nome, plano de carreira, formação, atribuição, salário, vínculo e carga horária.